

**REFLEXOS DA CRISE:** *Universidades têm cerca de 5 mil vagas, ameaçadas de extinção*

# Políticos e profissionais de educação dão nota zero ao pacote do Governo

**Temor é de que país perca competitividade com corte de verbas e fim de incentivos**

• Desespero e desestímulo. São essas as palavras usadas pelos profissionais de educação para descrever o estado de ânimo provocado pelo pacote fiscal numa área à qual o presidente Fernando Henrique vem prometendo prioridade. Dirigentes de entidades de profissionais e políticos ligados à educação têm ao menos uma certeza: o pacote distancia ainda mais da prática os discursos do presidente, como o do aumento da competitividade nacional pela qualificação intelectual.

A deputada Rita Camata (PMDB-ES), da Comissão de Edu-

cação e Cultura da Câmara, divide em três os principais efeitos negativos do pacote. O primeiro é o corte das bolsas de estudo:

— O Governo quer cortar pelo menos 12% das verbas para pesquisa em 1998. E a gente não tem garantia de que os 88% serão executados. O Governo mentiu quando disse que não haveria cortes na área social. Isso prejudica nossa inserção na globalização.

O segundo ponto, segundo Rita, é a proibição de contratação para as vagas abertas por professores que se adiantaram à reforma administrativa e pediram apoio

sentadoria proporcional. A exigência de as contratações serem submetidas ao Ministério da Administração, diz, fere a autonomia universitária. O último ponto é o fim das isenções fiscais das entidades filantrópicas. Cerca de 60 universidades, diz a deputada, serão atingidas e terão que aumentar as mensalidades.

A presidente da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes), Maria Cristina de Moraes, calcula em cerca de cinco mil as vagas para professores universitários no sistema federal, ameaçadas de extinção. Além da

corrida à aposentadoria proporcional, a dificuldade de as universidades atraírem para os concursos professores com mestrado e doutorado agrava a carência.

O presidente da Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE), Carlos Augusto Abicalil, calcula que, devido aos cortes, a merenda escolar perderá cerca de R\$ 71 milhões este ano. Segundo ele, a maior fonte de financiamento da educação pública básica é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cuja receita deverá cair com a recessão. ■